

EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA
ENSINO SECUNDÁRIO

UNIDADE LETIVA 2

Valores e ética cristã

**Propostas de soluções para as atividades inseridas
no manual do aluno**

ÍNDICE

- 3 VALORES E ÉTICA CRISTÃ
 - 3 Proposta de atividade (p. 13)

- 4 DE QUE VALORES NECESSITAMOS?
 - 4 Proposta de atividade (p. 18)

- 5 QUE HIERARQUIA DE VALORES?
 - 5 Proposta de atividade (p. 22)
 - 5 Proposta de atividade (p. 24)
 - 5 Proposta de atividade (p. 28)

- 6 QUE VALORES PROMOVEM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL?
 - 6 Proposta de atividade (p. 34)

- 8 PALAVRA DE DEUS. QUE VALORES?
 - 8 Proposta de atividade (p. 39)

- 10 O DOM INESTIMÁVEL DA VIDA
 - 10 Proposta de atividade (p. 45)
 - 13 Proposta de atividade (p. 46)

- 13 O PAPEL DAS DECISÕES NA VIDA
 - 13 Proposta de atividade (p. 49)

VALORES E ÉTICA CRISTÃ

Proposta de atividade (p. 13)

1. «Complexidade ética» é uma expressão para caracterizar a dificuldade atual de compreender o que é um valor. Noutros tempos, tudo era mais simples: Deus tinha dado leis e o ser humano cumpria-as. Segundo Edgar Morin, esse tempo passou, porque já não é Deus, nem a religião, nem o Estado ou a sociedade que dizem o que é um valor, mas sim o indivíduo. Se é o indivíduo que é o fundamento de um valor, torna-se tudo mais complexo. Já que há uma multiplicidade de indivíduos em contextos históricos, culturais, geográficos diversos, como se realiza o consenso dos principais valores?

Ao elegermos o indivíduo como fundamento do valor moral, segundo esta perspectiva descritiva, tornamos quase impossível uma compreensão alargada do que é um valor e insustentável uma vivência comunitária dos valores. Os valores atomizam-se. O ditado popular «cada cabeça sua sentença» não está longe deste panorama.

2. Numa primeira abordagem, uma ética fundada em Deus impõe-se do exterior, é válida para todos os seres humanos, detém autoridade (divina), pode impor-se pela força da revelação ou das Igrejas (mais no passado do que no presente, é claro). Pode ser compreendida como uma ética da autoridade e do respeito, mas também da fraternidade universal, quando se afirma que todos são filhos Deus ou, pelo menos, criaturas de Deus. No entanto, uma ética fundada em Deus, mas mediada por Jesus Cristo, não se confunde com uma ética autoritária porque se realiza enquanto ética do amor.

Já a ética a partir do ser humano é mais subjetiva, histórica, particular, individualista, se fundada no indivíduo, ou mais fraterna e solidária, se fundada no ser humano enquanto humanidade.

3. Um ética fundada no conceito do «imperativo categórico» («procede de tal modo que a máxima da tua ação possa tornar-se uma lei universal»), isto é, fazer aquilo que se deve fazer, não contradiz a ideia de Deus, mas, de certa forma, dispensa-a, porque o indivíduo encontra o dever inscrito na sua consciência. Na perspectiva kantiana, o imperativo categórico é uma orientação para o agir humano em qualquer circunstância. Na ótica cristão, o amor deve ser o motor da ação. É diferente do dever. Supera-o.

4. A lei deveria sempre identificar-se com o bem. Deveria ser a forma de evitar o mal e indicar o caminho do bem, corrigindo quem não a cumpre para que o venha a fazer, e, pedagogicamente, dando um sinal daquilo que deve ser evitado ou deve ser realizado. Na verdade, não é isso que acontece sempre. Não há coincidência absoluta entre a lei e a ética. Há leis que resultam do consenso

social e que abdicam de exigir o bem. Pensemos nas leis que permitem o aborto — que ninguém considera ser um bem.

Por outro lado, há leis ambíguas — ou mal redigidas, intencionalmente ou não — que não servem para defender o que dizem pretender defender. Pensemos em leis laborais que podem prejudicar trabalhadores (ao até, por outro lado, dificultar a vida das empresas). Ou leis com ambiguidades que parecem servir os interesses dos advogados, tornando-os assim necessários ao sistema da justiça na defesa dos seus constituintes. Ou ainda leis promovidas por lóbis. Leis que serviram num tempo histórico mas que não foram adaptadas aos novos tempos.

E há leis que resultam de um consenso social (conduzir pela direita, por exemplo) em que a questão do bem é relativamente indiferente, mas cujo cumprimento geral é importante para que a vida social decorra sem grandes sobressaltos.

Por último, há leis claramente imorais. Existem sobretudo em sistemas políticos autoritários: leis que defendem o racismo, a xenofobia, etc.

5. Exemplo: Faz o bem porque te sentirás bem contigo próprio, com os outros e com Deus. Este princípio une os três princípios: humano, político e religioso.

DE QUE VALORES NECESSITAMOS?

Proposta de atividade (p. 18)

1. Dar ou não dar esmola aos pedintes com quem se cruza.

2. Dar esmola: Cristo não recusaria; os ensinamentos cristãos vão no sentido do despojamento; há um sentimento interior que interpela a dar a todos quantos solicitam; a voz do coração indica que se deve ser solidário com quem precisa; o princípio «não olhes à mão que se estende perante ti».

Não dar esmola: Se der sempre, ficarei pobre; dar esmola é um ato de misericórdia mas não resolve o problema de injustiça pelo qual passa aquela pessoa, a justiça é o reconhecimento de um direito do pobre e não de um dever de esmola; a pessoa que pede tem capacidade para trabalhar; dar esmola é eternizar um problema social ao encorajar a dependência.

3. Resposta dependente de cada aluno. Por exemplo: ter relações sexuais com o(a) namorado(a) ou não; tomar bebidas alcoólicas ou não...

4. Algumas possíveis ideias:

- Pedir a alguém mais velho e sábio que se ponha no meu lugar e ouvir o que tem a dizer;
- Apontar numa folha os prós e os contras de cada possível decisão;
- Colocar perguntas como: O que pensarão as pessoas de quem mais gosto ao saberem da minha decisão? Prejudico alguém, outras pessoas, a natureza? Como me vejo ao espelho depois desta decisão? Durmo logo à noite de consciência tranquila? Como me sentiria se logo o telejornal abrisse com a minha decisão? Troco o futuro pelo imediato, o bem de um maior número de pessoas pelo meu?
- Perguntar: O que faria nesta situação Jesus?

QUE HIERARQUIA DE VALORES?

Proposta de atividade (p. 22)

1. Legalismo.
2. Positivismo bíblico.
3. Etnologismo moral ou então sociologismo.
4. Etnologismo moral.
5. Utilitarismo e consequencialismo.
6. Pode tratar-se de positivismo bíblico, mas também de ontologismo ou até legalismo.
7. Ética de situação ou de «liberdade pura e simples» (Sartre).
8. Sociologismo.
9. Ontologismo.
10. Sartre.
11. Etnologismo moral.
12. Utilitarismo e consequencialismo.

Proposta de atividade (p. 24)

Resposta dependente do trabalho individual e de grupo, naturalmente de impossível previsão.

Proposta de atividade (p. 28)

1. Escala de valores de Ulisses: chegar a Ítaca para ver a família; proteger a sua tripulação. Tendo em conta que regressa da guerra de Troia, podemos presumir que assumiu uma missão, que é um defen-

sor de valores como o amor à pátria e à comunidade a que pertence, a honra e, como foi referido, a família, a lealdade e a fidelidade.

2. Oponentes: As sereias e o seu canto harmonioso; o vento que sopra, pelo menos inicialmente, para a ilha das sereias; o próprio Ulisses, que, ao ouvir o canto, quer ir ter com as sereias.

Adjuvantes: Circe, que lhe diz como ultrapassar o canto das sereias; companheiros, que não o libertam, mesmo quando Ulisses ordenava que o soltassem; mastro ao qual Ulisses é amarrado; cera e mel que são usados para fazer os tampões para os ouvidos.

3. Oponentes serão sempre as promessas de facilidades, as ilusões, a falta de realismo, a falta de persistência, uma vontade demasiado fraca, as companhias que não ajudam, a preguiça, a troca do objetivos de médio e longo prazo, mais difíceis de alcançar, por outros mais fáceis e imediatos, etc.

QUE VALORES PROMOVEM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL?

Proposta de atividade (p. 34)

1.1. (Contra)valores como a inveja, a competição desenfreada, o culto das aparências, a exacerbação da imagem, o facto de não olhar a meios para alcançar determinados fins, as rápidas ascensões e quedas fulminantes (instabilidade).

1.2. São valores essencialmente negativos (não éticos), relacionados com a fama, o sucesso e o dinheiro, esquecendo valores mais sólidos como o trabalho, o esforço, a amizade, a construção da cidadania, o empenho comunitário.

2. Os comunicadores devem ter um elevado perfil ético fundado na verdade, na honestidade, na procura de objetividade — o que normalmente está consagrado em códigos deontológicos. Devem assumir uma ética assente no serviço público e no respeito pelas pessoas, quer as que são visadas nas notícias quer as que são destinatárias da sua ação.

3.

<i>Desafios</i>	<i>Situações</i>
Assimilação e avaliação crítica da informação.	Programas como os do Provedor do Ouvinte, do Leitor, do Telespetador; discussão na sala de aula.
Não ser neutro, mesmo que isso fira algum setor de público.	Casos em que as figuras públicas receiam revelar a sua pertença religiosa, por exemplo.

Discernir o verdadeiro do falso, o bem do mal.	Casos em que os inocentes passam por condenados, por exemplo; pense-se na confusão gerada à volta do caso Maddie McCan. Casos de condenação na «praça pública» quando mais tarde é provada a inocência.
Não estimular as tendências menos nobres da natureza humana (causa típica da concorrência).	O programa Big Brother vivia da exploração de uma tendência menos nobre: espreitar a vida dos outros; certos concursos, em vez de estimularem a inteligência, exploram a ganância e a mesquinhez; os horóscopos e outras artes divinatórias baseiam-se na credence, na falta de escrúpulos, na exploração das fragilidades e na pouca seriedade intelectual.
Evitar concentração dos meios nas mãos de poucos.	Em Portugal os grandes meios estão concentrados em quatro grupos (Cofina, Media Capital, Impresa e grupo público RTP).
Não prejudicar o contacto interpessoal, não provocar isolamento.	Casos de pessoas mergulhadas nas redes virtuais, mas sem contactos pessoais efetivos; diversos tipos de crimes a partir da <i>Internet</i> , a começar pelos que exploram o isolamento de adolescentes.
Evitar que o ser humano se evada; promover o empenho na realidade.	Quem vê muitos programas, por vezes elabora teorias conspirativas. Ilude-se. Por outro lado, ver notícias de sofrimento em excesso pode levar a pensar que não adianta esforçar-se por mudar o mundo, ser solidário, aumentando a insensibilidade.
Evitar a apatia e a preguiça mental; promover atitudes pró-ativas.	Excesso de consumo de TV ou <i>Internet</i> por afastar de costumes mais salutar e mais exigentes como a leitura, e por levar a comer com mais calorias e com menos qualidade...
Equilíbrio emoção-razão.	Pensem nos programas dos canais generalistas da tarde. Apela todos às lágrimas.

4.1. A proposta cristã centra-se na verdade, no serviço à pessoa humana, na edificação da comunidade, na justiça e no amor.

4.2. Pode ser concretizada através de um código de ética assumido pelos profissionais de comunicação social. No entanto, tendo em conta que existem códigos de ética dos canais e códigos deontológicos, os comunicadores cristãos devem ir mais longe, diferenciando-se dos seus congéneres pela positiva. Vale a pena lembrar que todos os anos o papa escreve uma mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais.

5. Segundo o texto, é uma grande oportunidade porque é um meio para a Igreja prosseguir a sua missão evangelizadora. «Para a Igreja, o novo mundo do espaço cibernético é uma exortação à grande aventura do uso do seu potencial para proclamar a mensagem evangélica». Pode chegar-se a novas pessoas, a mais pessoas, com os conteúdos de sempre (a mensagem de Jesus) em novas linguagens.

6. Sugestões de sítios: Agência Ecclesia; Portal VER; Essejota.net, EMRC Digital, etc.

6.1. Verdade, visão positiva da vida, seriedade dos assuntos, honestidade, participação social, solidariedade, dignidade do corpo humano, igualdade homem-mulher. Valores positivos e construtivos.

6.2. Comparar com sítios e portais como o Iol ou de uma revista cor-de-rosa ou outros preferidos dos jovens. Geralmente há sensacionalismo, possíveis mensagens violentas, notícias de crimes, frivolidades, instabilidade sentimental, poucas referências a valores sólidos, estáveis, construtivos.

7. a 7.4. Depende da escolha e da idade dos jovens: «Perdidos», «Morangos com Açúcar», «Lua Vermelha», «Heróis», «Glee», «CSI», «Dexter», «Simpsons», etc. Que modelo de pessoa e de família? Quais os objetivos dos protagonistas? Que valores perseguem?

PALAVRA DE DEUS. QUE VALORES?

Proposta de atividade (p. 39)

1. Para os cristãos, Deus é criador (o texto afirma: «através da palavra criadora, Deus é a origem do universo» e do ser humano), é pai (em Jesus Cristo) e amor. Como consequências éticas temos que, ainda que a perspectiva de Deus criador e da sua revelação na Bíblia (positivismo bíblico) possa fundamentar uma ética legalista e heterónoma, o cristão pode e deve assumir uma ética autónoma (que a teologia tem designado como «teónoma», por se basear na descoberta da liberdade e da presença de Deus no íntimo da consciência humana), de filhos de Deus em Jesus Cristo, que tem já uma explicitação e exemplificação no Novo Testamento (mandamento novo do amor; Sermão da Montanha; Bem-aventuranças; etc.), segundo a «exigência que ultrapassa a norma escrita» (cf. Mt 5,21-48).

2.1. O perfil ético proposto assume os seguintes valores: sinceridade, prática do bem, verdade, não levantar falsos testemunhos, honrar os que temem a Deus, cumprir o que se promete, emprestar dinheiro, não se deixar subornar.

2.2. Resposta pessoal.

2.3. Talvez esteja desatualizado o valor do «honrar os que temem o Senhor», típico de uma sociedade tradicional, alicerçada nos valores e práticas religiosas, em que os que estavam ligados ao culto

ocupavam o topo da hierarquia social. Cumprir as promessas, «mesmo em seu prejuízo», apesar de manter o seu valor ético, também parece algo desatualizado enquanto prática na sociedade em que vivemos e principalmente no campo político. Mas todos reconhecem que é algo válido. Inteiramente desatualizada é a injunção de emprestar sem exigir juros, uma vez que hoje todos reconhecem a importância do sistema bancário.

3.1. Duas atitudes básicas: sensatez (ouvir e pôr em prática a ética cristã) e insensatez (ouvir mas não pôr em prática a ética cristã).

3.2. Construir a casa sobre a rocha significa escolher alicerces sólidos para a vida — e isso é uma atitude sensata, sábia. Os alicerces sólidos podem ser os valores importantes, substanciais, que não passam, que não estão ao sabor de modas, que oferecem segurança e orientação. Na perspectiva cristã, estão entre estes valores, o amor a Deus e ao próximo, a solidariedade, a verdade, a beleza, o bem, a honestidade, a lealdade, a cooperação, etc. Na base de tudo isto está a sensatez, que podemos entender também como sabedoria.

Construir sobre a areia é viver com base em valores instáveis, como pode ser o desejo de fama, a popularidade, o andar ao sabor de tendências, a opção da facilidade sem olhar às consequências (é mais fácil cavar alicerces na areia do que na rocha, como é óbvio), a frivolidade, a cultura mediática que muda a uma velocidade estonteante, etc. A insensatez é a falta de sabedoria.

3.3. Resposta subjetiva. Valerá a pena questionar os alunos sobre a solidez da base da sua escala de valores. O alicerce escolhido significa sabedoria ou a sua ausência? Significa Jesus Cristo e a sua forma de ver o mundo e de entender as relações humanas? Embora a pergunta se centre nos alicerces, não será descabido pedir aos alunos a escala em si.

4. Decálogo da relação entre as nações:

1. Todos os países têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.
2. As relações internacionais devem alicerçar-se no respeito mútuo e na verdade.
3. Os países têm o dever de auxílio mútuo no caso de catástrofes naturais e de outras de proporções excepcionais.
4. Todas as nações devem respeitar e fazer respeitar os direitos humanos.
5. Os países devem cooperar na resolução de problemas internacionais como a droga ou tráfico de pessoas, a propagação da SIDA, etc.
6. Os países mais ricos devem colaborar no desenvolvimento dos mais pobres, com vista à autonomia destes.

7. Nenhum país deve interferir nos assuntos internos de outro país, exceto quando tal se mostra necessário por motivos humanitários e sempre no quadro das Nações Unidas.
8. Todos os governantes devem reconhecer que o Estado e as instituições devem estar ao serviço das pessoas e não o contrário.
9. Os países têm o direito e a obrigação de participar em instituições internacionais, devendo colaborar no financiamento delas, segundo as suas capacidades.
10. Os países têm o direito de se associar a partir de interesses geoestratégicos, culturais, económicos, históricos, etc.

O DOM INESTIMÁVEL DA VIDA

Proposta de atividade (p. 45)

1. O filme apresenta argumentos, quer explícitos, quer implícitos, isto é, observam-se, durante o filme, argumentos que são colocados no discurso das várias personagens e outros que resultam de uma análise da estrutura do filme.

Em suma, o grande argumento que o filme apresenta para se ser contra a pena de morte resulta do reconhecimento de que ninguém tem o direito de tirar a vida a outrem, em virtude de cada ser humano ser portador de uma dignidade inviolável, quer por ser pertencente à humanidade, quer porque Deus o ama como pessoa. Acresce a este argumento o facto de a execução da pena capital não apagar a mágoa decorrente da morte das vítimas (a vingança não elimina a dor da perda), pelo que nada de positivo resulta da sua aplicação. Por fim, o filme deixa transparecer que os que procuram motivações religiosas (veterotestamentárias) para justificar a legitimidade da pena de morte partem de uma abordagem literalista da Bíblia que é criticada, em particular pela irmã Helen, que sublinha que o Antigo Testamento é superado pelo dinamismo do amor, preconizado pelo Novo Testamento. A lei de Talião (olho por olho, dente por dente), que justificaria a aplicação da pena de morte, foi superada pela lei do amor.

Ainda poderiam considerar-se o risco do erro judiciário, ou o peso de se ter um bom ou mau advogado, como outros argumentos contra a pena de morte, bem patentes no filme, no qual se vê ser condenado à morte alguém que não tinha poder, nem dinheiro para contratar um advogado que gerasse dúvidas nos jurados. Observa-se, ainda, um outro relevante argumento, relacionado com a liberdade do próprio assassino, que evidencia ter sido influenciado pelo outro criminoso para praticar o crime. Tal argumento desafia a discutir-se o grau de responsabilidade que a própria sociedade tem na perpetração dos crimes.

No que concerne a argumentos a favor da pena de morte, podemos depreendê-los da argumentação anterior.

Na verdade, ao longo do filme, é sustentada, principalmente pelos pais das vítimas de Mattew, uma posição que entende que a prática da justiça deve, fundamentalmente, concretizar-se por via da dimensão penal, vindicativa. A justiça deve, nesta perspectiva, punir, mais do que reabilitar ou humanizar. Neste contexto, só subsiste uma visão que estrutura a prática da justiça como o exercício de vingança da sociedade para com os que cometeram crimes. Por oposição a esta abordagem, o filme procura demonstrar, frequentemente, que o Mattew tem mãe e família e que, afinal, também pode reabilitar-se, como se vê pelas suas palavras finais, antes da execução.

Um outro argumento que é apresentado a favor da pena de morte prende-se com a suposta legitimidade do Estado de se proteger ou de proteger a sociedade dos que são violentos. Nesta linha, o Estado poderia eliminar os que se constituem como agressores do Estado e da sociedade. Em tal perspectiva, prevalece o Estado sobre a dignidade da pessoa humana.

Por fim, aparece um outro argumento, mais subtil, mas igualmente relevante: Mattew só parece reconhecer a sua culpa quando sente estar iminente a sua execução. Muitos norte-americanos sustentam neste argumento o seu apoio à pena capital, pois consideram que só quando confrontados com a real consequência dos seus atos é que os criminosos reconhecem a sua culpa. Este é, aliás, um argumento paralelo ao que entende que a pena de morte poderia ter um efeito dissuasor, contribuindo para a diminuição dos crimes violentos. São muitos, porém, os que entendem que este efeito, não só é muito discutível, como até pode ter efeitos nefastos, conduzindo ao contrário do que se pretende: a sociedade em que o Estado é violento torna violentas as pessoas.

2.1. O capelão e a irmã retratam, neste filme, duas posições antagónicas sobre o que deva ser a religião e a vivência cristã dos sacramentos, bem como a prática da pastoral penitenciária.

O capelão retrata a atitude dos que entendem que a vivência religiosa se esgota no puro cumprimento dos tempos, dos gestos, dos ritos, sem que o ser humano se envolva e se converta.

Por oposição, a irmã retrata uma outra abordagem do que seja a religião: ser salvo, encontrar a redenção. Nesta segunda perspectiva, a salvação da pessoa também se opera enquanto libertação de uma culpa, por se descobrir que Deus é amor e ama pessoalmente.

Enquanto, na primeira perspectiva, a dimensão moralizante, parece sobrepor-se à dimensão religiosa (o homem culpado deve aceitar a sua culpa e mais nada do que isso. Só depois desse reconhecimento é que poderá haver encontro religioso), na segunda perspectiva, a dimensão religiosa prevalece e é em resultado do encontro religioso, da descoberta do amor de Deus que se descobre o erro e a gravidade da culpa. É, aliás, o dinamismo introduzido por S. Paulo que afirma que «onde abundou o

pecado, superabundou a graça». Este dinamismo, designado como «ética do indicativo», introduz o ser humano numa lógica segundo a qual não é a religião que nasce da moral e de se ser perfeito, mas, antes, é a moral que nasce da religião, decorre de se descobrir que, por se ser amado primeiro é exigido que também se ame. Matthew, pelo trabalho feito com a irmã, ao descobrir o amor de Deus, ao descobrir-se «filho de Deus», sente que também deve amar.

2.2 (Resposta dos alunos) — Os alunos podem referir que esta segunda perspetiva é mais exigente. Dela resulta a dificuldade que o Cristianismo tem, pois é fácil cumprir rituais, procurar ser estoicamente irrepreensível, mas isso ainda não é ser cristão. Sê-lo é reconhecer-se primeiramente amado por Deus, introduzir-se num dinamismo ético do máximo e não do mínimo. É, aliás, a crítica que Jesus Cristo faz ao farisaísmo que se limitava a cumprir determinados rituais, entendendo que a vivência religiosa se esgotava aí.

3. Argumentos a favor da pena de morte:

- Quem comete um crime grave merece ser punido com gravidade;
- O Estado tem legitimidade para se proteger dos que são um perigo para a sociedade;
- A justiça deve vingar a dor dos que perderam tudo;
- Quem cometeu conscientemente um crime de que resultou a morte de alguém perdeu a sua dignidade de pessoa;
- Deve haver proporção exata entre o crime e o castigo: quem mata deve ser morto.

Argumentos contra a pena de morte:

- A dignidade da pessoa humana não depende dos atos por ela cometidos, mas é-lhe inerente, sendo anterior ao próprio Estado;
- A prática vingativa da justiça não apaga a dor da perda de alguém;
- O Estado não tem legitimidade para tirar a vida a ninguém, mas apenas para limitar o exercício da liberdade, se alguém a usa pondo em risco a segurança e a vida de outrem;
- O exercício da justiça é suscetível de erros, pelo que aplicar a pena capital sobre um inocente tornaria impossível a reparação, ficando o Estado com a culpa de ter executado um inocente;
- Acima da dimensão penal da justiça deve estar a dimensão reabilitadora e humanizante. A condenação de alguém deve visar, não tanto punir pelo crime cometido, mas sobretudo reabilitar o criminoso.

4. Todos os argumentos acima enunciados são, implícita ou explicitamente, enunciados no filme, seja através das falas das personagens, seja através da estrutura do filme.

A inteligência revelada na estruturação deste filme evidencia-se na dificuldade em concluir qual a tese que se quer preconizar, pois, se é certo que o protagonista termina o seu percurso afirmando, explicitamente, que ninguém tem direito a matar outrem, nem ele, nem o Estado, também é verdade que o realizador nos conduz à convicção de que, se não fosse a iminência da execução, provavelmente, o protagonista não se teria disposto a acolher o acompanhamento da irmã, que o leva a descobrir a sua dignidade de filho de Deus. Contudo, apesar desta dificuldade, pode concluir-se que o realizador quer vincar que a pena de morte é um erro, argumento visível no facto de o senhor Delacroix, que aparece como o defensor do argumento de que é preciso matar o agressor para que a paz regresse ao coração dos pais das vítimas, continuar a afirmar, após a execução do Matthew, que ainda não encontrou a paz, deitando por terra este que parecia ser o mais forte argumento a favor da pena capital.

Proposta de atividade (p. 46)

A defesa e a acusação devem preparar muito bem os seus papéis, estudando os argumentos contra a pena de morte (inviolabilidade de vida humana; impossibilidade de regeneração do criminoso com a aplicação da pena; possibilidade de engano — inocência do condenado — e irreversibilidade da sua aplicação; falsa reparação do crime cometido...) e a favor da pena de morte (exemplaridade para a dissuasão do crime; proporcionalidade em relação ao crime; segurança dos cidadãos; desejo das vítimas; possível vontade popular manifestada em estatísticas...).

O PAPEL DAS DECISÕES NA VIDA

Proposta de atividade (p. 49)

1. O ser humano é livre. Pode agir de diversas maneiras perante a mesma situação. É sujeito de vontade, inteligência, generosidade, criatividade, doação, que supera a linearidade da relação estímulo-resposta. Outra diferença fundamental: o ser humano prevê as consequências da sua ação; antevê, ainda que possa errar na previsão, quais são os efeitos do seu agir.

2. Há sempre um contexto em que se dá a tomada de decisão. E não há liberdade absoluta devido aos condicionamentos do sujeito e do ambiente. No entanto, dispomos sempre de alguma liberdade dentro de um leque de possibilidades. Mesmo quando se trata da aceitação aparentemente passiva da

vontade de outra pessoa ou instituição, tem de haver a assunção livre, interior, dessa vontade. Continua em jogo a liberdade de aceitar ou não a decisão de outros.

3.1. Situações que limitam o exercício da liberdade: as capacidades do sujeito; as condições económicas; a situação histórica; o contexto cultural; a propensão genética; o medo das consequências e da opinião pública; as qualidades intrínsecas ao sujeito (timidez, coragem, capacidade de risco, criatividade, etc.), a oposição dos outros...

3.2. Resposta pessoal.

4. Uma decisão livre ocorre exatamente porque o sujeito da decisão assume, consciente ou inconscientemente, um universo de valores e, perante uma situação concreta, escolhe aqueles que lhe parecem mais adequados a sustentar uma decisão ética e eficaz.

5. Resposta pessoal.